

119-P

DF CARF MF

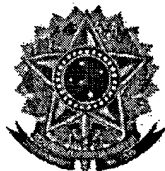
Fl. 203

S3-C4T1

Fl. 1

186

P



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
 TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 13888.002608/2004-14
Recurso n° 254.139 Embargos
Acórdão n° 3401-001.832 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 26 de junho de 2012
Matéria Ressarcimento de IPI. Ação Judicial. Embargos por suposta omissão
Embargante COSAN S/A Indústria e Comércio
Interessado Fazenda Nacional

ASSUNTO: IPI

NORMAS PROCESSUAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

INEXISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS ENSEJADORES DOS EMBARGOS. Verificada a inexistência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão proferido, devem ser rejeitados os embargos interpostos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado por unanimidade de votos, não acolher os embargos de declaração nos termos do voto do relator.

JÚLIO CESAR ALVES RAMOS - Presidente.

RELATOR FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE - Relator.

FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE - Redator designado.

EDITADO EM: 29/08/2012

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Júlio Cesar Alves Ramos, Jean Cleuter Simões Mendonça, Emanuel Carlos Dantas de Assisi, Odassi Guerzoni Filho, Angela Sartori e Fernando Marques Cleto Duarte.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 03/09/2012 por FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE, Assinado digitalmente em 3

0/10/2012 por JULIO CESAR ALVES RAMOS. Assinado digitalmente em 03/09/2012 por FERNANDO MARQUES CLET

O DUARTE

1

DF CARF MF

Processo nº 13888.002608/2004-14
Acórdão n.º 3401-001.832

Fl. 205

S3-C4T1

Fl. 2

187
R

recorrente a apresentação de manifestação de inconformidade/impugnação".

b) o princípio da inafastabilidade da jurisdição não tem o c do de afastar a possibilidade do reconhecimento do direito pela administração pública.

c) seu direito ao crédito já foi reconhecido judicialmente, em Mandado de Segurança viando assegurar o direito ao crédito prêmio do IPI, no qual foi requerida tutela objetivando que o fisco se abstivesse de tomar quaisquer providências contrárias ao exercício desse direito. Ainda de acordo com a contribuinte:

"A liminar fora concedida em sede de Agravo de Instrumento pelo E. Tribunal Regional Federal da Terceira Região, reconhecendo-se o direito ao crédito-prêmio do IPI 'nos termos da lei de regência', sem que incidisse em autuações ou sanções administrativas de qualquer de qualquer espécie, ficando ressalvadas as verificações atinentes à legitimidade do crédito e a correção de seus valores pela Administração".

A sentença do Mandado de Segurança reconheceu o direito ao crédito, condicionando seu exercício ao trânsito em julgado da ação. Entendeu a contribuinte, porém, que a tutela anteriormente concedida foi restaurada quando da atribuição do efeito suspensivo ao seu recurso de apelação.

Assim, de acordo com a contribuinte, caberia A. administração apenas a verificação dos créditos e correção de seus valores através da apreciação dos pedidos formulados.

d) de acordo com a letra "b" do Ato Declaratório Normativo COSIT nº 3/96, "quando diferentes os objetos do processo judicial e do processo administrativo, este terá prosseguimento normal no que se relaciona à matéria diferenciada (p. ex., aspectos formais do lançamento, base de cálculo etc.)". Entende que este é o caso dos autos, pois o crédito já foi reconhecido pelo Poder Judiciário e busca-se apenas operacionalizar sua utilização.

e) o crédito prêmio está em pleno vigor, conforme muitas decisões judiciais reconhecem. No mesmo sentido está a Resolução Senatorial nº 71/2005.

Conclui a contribuinte que a manifestação de inconformidade em questão deve ser recebida e acolhida, com o conseqüente deferimento do pedido de ressarcimento. Foram acostadas aos autos cópias das peças processuais mais importantes.

Em sessão de 01.11.2007, a 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Ribeirão Preto — SP decidiu, por unanimidade de votos, indeferir o requerimento da contribuinte, mantendo a decisão da DRJ, nos seguintes termos:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 03/09/2012 por FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE, Assinado digitalmente em 30/10/2012 por JULIO CESAR ALVES RAMOS, Assinado digitalmente em 03/09/2012 por FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

O DUARTE

DF CARF MF

Fl. 206

a) nos termos do item "b" do ADN COSIT n° 3/96, a manifestação deve ser conhecida, na matéria que se diferencia da ação judicial.

b) não há possibilidade de qualquer instância administrativa realizar o ressarcimento pleiteado antes do trânsito em julgado da ação, "pois, se a tutela liminar restaurada tão somente reconheceu o direito à escrituração do indigitado crédito, deferir administrativamente sua utilização, na forma de ressarcimento, seria ato, puro e simplesmente, consumativo, acarretando inclusive a perda do objeto da ação judicial em questão, o que não foi admitido inclusive pelo próprio Poder Judiciário, que não deferiu liminarmente, nem o ressarcimento, nem o uso de tais, créditos na compensação de outros tributos". A decisão judicial teria permitido apenas contribuinte realizar o creditamento em sua escrita fiscal, permitindo à administração verificar sua legitimidade e correção, sem, entretanto, permitir a esta a imposição de sanções ou autuações.

c) uma vez que há ação judicial, perdeu a contribuinte o direito de continuar a litigar na esfera administrativa.

d) a 1ª Seção do STJ declarou em 27.6.2007 a extinção do crédito prêmio do IPI em 1990, assim, no período abrangido pelo pleito da contribuinte, o benefício em questão não mais existiria.

e) desde a edição da Portaria MF n° 89, devido à natureza estritamente financeira do benefício fiscal, foi vedada a escrituração em livros previstos na legislação do IPI.

Em 14.3.2008, a contribuinte protocolizou Recurso Voluntário, na qual alega, em síntese, que o STJ tem jurisprudência consolidada no sentido da manutenção do benefício fiscal em questão, sem prazo para sua extinção, sendo que o sistema normativo vigente, incluindo aí a Resolução Senatorial n° 71/2005, assegura o direito ressarcimento pleiteado.

Assim, seu pleito deveria ser deferido.

É o Relatório.

Em julgamento de 8.10.2008, esta Câmara decidiu por não conhecer do Recurso em razão da contribuinte já discutir o assunto em tela no judiciário (fls. 146 a 151).

Em 17.4.2009, a contribuinte interpôs embargos de declaração (fls. 148 a 155), nos quais alega, em síntese, que a administração deve analisar o pleito da contribuinte, ainda que este esteja sendo discutido judicialmente, até mesmo porque o reconhecimento do pedido pela administração pode alterar o resultado do processo judicial.

É o relatório.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 03/09/2012 por FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE, Assinado digitalmente em 3

0/10/2012 por JULIO CESAR ALVES RAMOS, Assinado digitalmente em 03/09/2012 por FERNANDO MARQUES CLETO

O DUARTE

DF CARF MF

Processo nº 13888.002608/2004-14
Acórdão n.º 3401-001.832

Fl. 207

S3-C4T1
Fl. 3188
P**Voto**

Conselheiro Relator FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

Verificada a tempestividade da interposição destes embargos, passo a apreciá-los.

A contribuinte aduz que o fato de possuir processo judicial no qual discute o assunto objeto destes autos (qual seja, a alegada vigência do crédito-prêmio do IPI) não obsta a análise do seu pleito em processo administrativo. Assim, este colegiado teria incorrido em omissão por não ter conhecido de seu recurso administrativo na ocasião do julgamento.

As alegações da contribuinte parecem-me falaciosas.

A impossibilidade de a administração conhecer de recurso que versa sobre matéria em discussão judicial é decorrência lógica da supremacia das decisões do poder judiciário.

Ademais, segundo o princípio da economia processual, que rege tanto o processo administrativo quanto o processo judicial, não pode a administração analisar, simultaneamente, a mesma demanda em instâncias diferentes. Se a contribuinte optou por discutir seu direito pela via judicial, presume-se que ela abriu mão da discussão nas instâncias administrativas. Nesta linha há sumula consolidada do CARF pacificando a questão, conforme segue abaixo:

Súmula CARF nº1: Importa renúncia às instancias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação, judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.

Outrossim a recorrente alega que a decisão merece reforma, por não haver concomitância entre o pedido analisado na esfera jurídica e na esfera administrativa. Contudo em nenhum momento ela trouxe documentos a fim de provar suas alegações de que não há tal concomitância entre os objetos.

No demais, este colegiado analisou o recurso voluntário da contribuinte em sua integralidade, chegando à conclusão de que não merecia ser conhecido. Assim, não há a omissão apontada pela contribuinte, pois houve análise integral e decisão acerca do recurso voluntário. Em outras palavras, a contribuinte teve seu pleito devidamente analisado e não é porque se chegou a uma conclusão contrária aos seus interesses que se pode dizer que houve omissão.

Em razão de todo o exposto, voto por não acolher os embargos.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 2012.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Autenticado digitalmente em 03/09/2012 por FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE, Assinado digitalmente em 3

0/10/2012 por JULIO CESAR ALVES RAMOS. Assinado digitalmente em 03/09/2012 por FERNANDO MARQUES CLETO DUARTE

O DUARTE

5